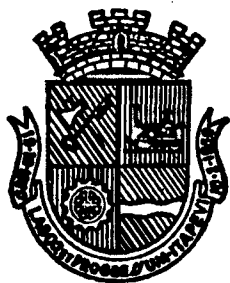


# CÂMARA MUNICIPAL



# DE ITAPEVI



*Autógrafo  
nº 08.194*

ESTADO DE SÃO PAULO

**PROCESSO Nº 010/94**

**PROJETO Nº 010/94**

de Lei

**INTERESSADO** Câmara Municipal de Itapevi

**ASSUNTO**

"Institui balanças públicas nas feiras

livres, varejo e similares no Município."

*Arquivado*



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## Parecer ao Veto contido no ofício nº 421/94

Senhor Presidente:-

O Veto do Executivo ao Projeto de Lei nº 010/94 apresenta uma série de razões que o levaram a tomar essa iniciativa

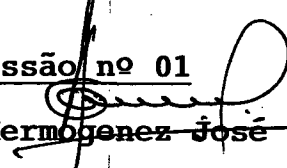
A instalação de balanças nas feiras livres gera uma série de medidas que redundam em despesas para o Executivo, sendo portanto inconstitucional. (art.31 da L.O.M.I).

Portanto outra alternativa não resta ao Legislativo, senão acatar o referido Veto.

É o parecer

Sala das Comissões 24 de maio de 1.994.-

### Comissão nº 01

  
Dr. Hermogenez José Sant'Anna

João Ferreira do Monte

  
Dra Maria Ruth Banholzer

  
Lafaiete Rodrigues

  
Jadir Francisco de Souza

### Comissão nº 02

  
Laerte Casagrande

Sérgio Montanheiro

  
George Xavier Pereira

  
Manoel Vianna Filho

  
Vital Ponceano dos Reis



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO Nº 421/94

Itapevi, 20 de abril de 1994

Senhor Presidente,

Por intermédio do presente, comunico a Vossa Excelência e Ilustres Edis componentes da Egrégia Casa de Leis que, analisando o Autógrafo de Lei nº 08/94, objeto do Projeto de Lei nº 10/94, que lhe deu origem, deliberei por VETÁ-LO, em inteiro teor, usando, para tanto, da prerrogativa conferida pelo disposto no § 1º do art. 36 da Lei Orgânica do Município.

Esclareço, a seguir, conforme determina o dispositivo legal supra referido, as razões que motivaram a adoção deste entendimento:

- a) Da localização de aspecto que se apresenta contrário ao interesse público:

Embora a existência de balanças públicas nas feiras livres, varejões e similares localizados no Município seja, a priori, providência que se considere do agrado da população, já que útil para conferir a honestidade do comerciante, a instalação destas não se apresenta, no todo, de interesse público, como se observa pela análise dos fatos a seguir expostos:

- 1º - A adoção da medida importaria a aquisição, ou mesmo locação, do equipamento, e em grande número, já que feiras livres, varejões e similares funcionam em locais diversos e geralmente no mesmo período, impondo, portanto, dispêndio de recursos financeiros da Fazenda Pública Municipal;
- 2º - A cada equipamento corresponderia a necessidade de um funcionário, devidamente treinado para orientar o consumidor em caso de confirmação de peso a menor na respectiva mercadoria, já que o fato configuraria fraude. O Município não dispõe de funcionários em número suficiente a cobrir mais esta espécie de serviço público. A contratação de mais funcionários importaria em significativo aumento nos gastos mensais da Fazenda Pública;
- 3º - Existem, ainda, no Município, áreas de atendimento essencial que não contam com número de funcionários que possibilite a eficiência pretendida pela Administração, como, a exemplo, saúde e educação, e isto em decorrência da ausência de verbas para contratação. Caso possível aumento no quadro de servidores, é prioritário que sejam esses direcionados à execução de serviços relacionados à saúde e à educação;

.../...





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

f1.02

4º - A ausência de balanças públicas não impossibilita a aquisição da mercadoria e conferência do peso, que pode ser realizada em qualquer outro estabelecimento da respectiva adjacência, bem como não impossibilita a denúncia da ocorrência, que pode ser feita junto à Delegacia local e, ainda, junto ao Setor de Fiscalização da Prefeitura. Tal fato não ocorre em áreas de atendimento essencial no Município, onde a ausência de funcionário significa até ausência de atendimento médico emergencial, não havendo em substituição outra espécie de serviço;

5º - O Executivo pretende fazer instalar, no menor espaço de tempo possível, no âmbito municipal, programa de proteção e defesa do consumidor, por intermédio de convênio com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, órgão do Governo do Estado, a ser firmado mediante autorização desse Legislativo. O programa tem por finalidade fazer cumprir as disposições do Código de Defesa do Consumidor, sendo, portanto, mais abrangente e de melhor proveito para o consumidor itapeviense, bem como de menor custo para os cofres públicos.

b) Da determinação contida na Lei Orgânica do Município para iniciativa de Leis da espécie em tela:

Estatui o Inciso III do Parágrafo Único do Artigo 31 da Lei Orgânica do Município que Leis relativas à organização administrativa do Poder Executivo e matéria tributária ou orçamentária são de iniciativa privativa do Prefeito Municipal.

A propositura em pauta infere, claramente, na organização administrativa do Poder Executivo, ou seja, compete ao Executivo estabelecer a forma através da qual será fiscalizado o comércio praticado no Município, bem como quantos funcionários serão destinados ao serviço, iniciando, quando necessário, procedimento legal para regulamentação de novas normas. Ao Legislativo competirá, então, a fiscalização, no interesse da população, da efetivação do serviço colocado à disposição da comunidade e, ainda, quando julgar cabível, a indicação de alterações comprovadamente necessárias, a serem realizadas por iniciativa do Poder Executivo.

Impende esclarecer que se trata, também, de matéria que visa alterar a disponibilidade orçamentária da Fazenda Pública, pela evidente necessidade de aquisição de equipamentos e contratação de funcionários, fato que impõe seja a propositura iniciada pelo Poder Executivo, que estaria obrigado ao conhecimento da existência de dotação orçamentária suficiente para dar cobertura às despesas geradas. Ou seja, a determinação legal para que Lei relativa à matéria orçamentária seja iniciada pelo Executivo tem por base possibilitar o conhecimento prévio da existência de recursos para cobertura das despesas, já que a ausência de tais recursos inviabiliza a execução da norma legal, como, a exemplo, na propositura em tela, que deixou de indicar recursos para cobertura das despesas. Não há, portanto, como inserir a despesa no orçamento.

.../...



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA  
ESTADO DE SÃO PAULO

fl.03

Por todo o exposto, declaro o Projeto de Lei nº 10/94, que deu origem ao Autógrafo de Lei nº 08/94, contrário ao interesse público e, ainda, às determinações relativas à matéria contidas na Lei Orgânica do Município, motivo porque **VETO**, em inteiro teor, a proposição, encaminhando as presentes razões a Vossa Excelência, para a devida apreciação.

Sendo o que cumpria informar, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinto apreço.

Cordialmente,

JOÃO CARLOS CAMEZ  
Prefeito

A COMISSÃO DE nº 01  
Sala das sessões nº 02  
26 / 04 / 94  
Presidente

RECEBEMOS  
25 / 04 / 94  
SECRETARIA

Excelentíssimo Senhor  
VALTER FRANCISCO ANTONIO  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
Itapevi-SP.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## Projeto de Lei nº 010/94

A Câmara Municipal de Itapevi, usando das atribuições que lhe são conferidas aprova a seguinte Lei:-

**"Institui balanças públicas nas feiras livres, varejoões e similares no Município."**

**Art.1º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a instalar balanças públicas nas feiras livres, varejoões e similares localizados no Município de Itapevi.

**Art.2º** - O Prefeito Municipal baixará Decreto, regulamentando a presente Lei dentro de **90 (noventa)** dias a partir da data de sua publicação.

**Art.3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi, 29 de março de 1.994.-

APROVADO em 18  
Sala das sessões 29/03/1994  
Presidente

APROVADO em 22  
Sala das sessões 29/03/1994  
Presidente

JOÃO FERREIRA DO MONTE

Vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## Justificativa:-

Senhor Presidente:-

Senhores(as) Vereadores(as):-

A instalação de balanças públicas nas feiras livres, varejoões e similares no Município é uma necessidade, por que visa proteger o consumidor contra os maus comerciantes.

Tratando-se de medida de elevado interesse público, conto com o apoio dos nobres Companheiros para aprovação dessa importante matéria.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi, '

29 de março de 1.994.-

  
JOÃO FERREIRA DO MONTE

Vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## Projeto de Lei nº 010/94

A Câmara Municipal de Itapevi, usando das atribuições que lhe são conferidas aprova a seguinte Lei:-

"Institui balanças públicas nas feiras livres, varejoes e similares no Município."

Art.1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a instalar balanças públicas nas feiras livres, varejoes e similares localizados no Município de Itapevi.

Art.2º - O Prefeito Municipal baixará Decreto, regulamentando a presente Lei dentro de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi, 29 de março de 1.994.-

  
JOÃO FERREIRA DO MONTE

Vereador





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

## Justificativa:-

Senhor Presidente:-

Senhores(as) Vereadores(as):-

A instalação de balanças públicas nas feiras livres, varejoões e similares no Município é uma necessidade, por que visa proteger o consumidor contra os maus comerciantes.

Tratando-se de medida de elevado interesse público, conto com o apoio dos nobres Companheiros para aprovação dessa importante matéria.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi,

29 de março de 1.994.-

  
JOÃO FERREIRA DO MONTE

Vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## Parecer em Conjunto das Comissões nº 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 010/94

Senhor Presidente:-

O Projeto, ora em estudos, institui balanças públicas nas feiras livres, varejoões e similares.

É um Projeto que, sem dúvida, visa beneficiar o consumidor, de um modo geral, contra os maus comerciantes, motivo pelo qual merece ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, 29 de março de 1.994

### Comissão I

Dr. Hermenegildo José Sant'Anna

João Ferreira do Monte

Dra. Maria Ruth Bapholz

Lafaiete Rodrigues

Jadir Francisco de Souza

### Comissão II

Inerte Casagrande

Sérgio Montanheiro

Geone Xavier Pereira

Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## Parecer em Conjunto das Comissões nº 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 010/94

Senhor Presidente:-

O Projeto, ora em estudos, institui balanças públicas nas feiras livres, varejoões e similares.

É um Projeto que, sem dúvida, visa beneficiar o consumidor, de um modo geral, contra os maus comerciantes, motivo pelo qual merece ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, 29 de março de 1.994

### Comissão I

Dr. Hermogeenz José Sant'Anna

João Ferreira de Monteiros

Dra Maria Ruth Banholzer

Lafaiete Rodrigues

Jadir Francisco de Souza

### Comissão II

Laerte Casagrande

Sérgio Montanheiro

Geone Xavier Pereira

Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

A U T O G R A F O Nº 08/94

(Projeto de Lei nº 10/94 - DO LEGISLATIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, APROVA A SEGUINTE LEI:-

"Institui balanças públicas -  
nas feiras-livres, varejões e  
similares no Município"

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a instalar balanças públicas nas feiras-livres, varejões e similares localizados no Município de Itapevi.

Art. 2º - O Prefeito Municipal baixará Decreto, regulamentando a presente Lei dentro de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi, 30 de março de 1994.

VALTER FRANCISCO ANTÔNIO

  
- Presidente -

NORMA LUCIA RIBEIRO DE SOUZA

  
1ª. Secretária